

Congresso dá renúncia como certa

Congresso já dá como certa a renúncia dos senadores Antonio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda como último esforço deles para que não percam os direitos políticos. Os dois têm até quarta-feira, quando será votado o relatório, para renunciar. Pelo Regimento Interno do Senado, é possível a renúncia enquanto não for aberto o processo de cassação, medida adotada pela Mesa Diretora da Casa. Líderes partidários acreditam que ACM renuncia para assumir a posição de herói diante da população baiana.

"Ele dirá que renunciou para fugir de um julgamento

tendencioso, pois só os baianos seriam isentos com ele", apostou um político experiente. Já Arruda não terá alternativa, a não ser seguir o mesmo caminho, porém, sem heroísmo.

Caso não ocorra a esperada renúncia, o Senado sente cada vez mais a obrigação de cassar os dois parlamentares. Como prova os principais partidos apóiam o voto aberto. As raras exceções são individuais e estão concentradas, principalmente, na ala aliada dos dois acusados. "O presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-MS), tomou uma decisão de forma autocrática, eu não aceito, manifestei-me e vou conti-

nuar protestando", disse o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), de forma indignada. A oposição considerou a votação aberta uma vitória e garantia certa de que a maioria dos 16 integrantes votará com o relator, aprovando a abertura do processo de perda de mandato.

Na votação secreta, as negociações podem ser articuladas sem que o público tenha conhecimento das articulações e acordos. "Não há o que decidir sobre a questão da votação aberta, simplesmente porque já deliberei a respeito na sessão de ontem", comentou Tebet. "Será aberto e ponto final."